Educomunicação e Política Pública: as experiências das Prefeituras de Andirá e Bandeirantes, no Paraná

TIAGO SILVIO DEDONÉ

“É importante reconhecer que Andirá se apresenta ao Brasil, através de uma iniciativa pioneira, que é a de levar o conceito e a prática educ comunicativa para os diferentes setores das secretarias municipais. Eu diria que Andirá se apresenta aos estudiosos da educomunicação no país, se apresenta aos gestores de projetos nesta área, como um modelo a ser estudado, a ser analisado e a ser replicado. É significativo, principalmente, naquilo que nós chamamos de âmbito da reflexão epistemológica. A pergunta é: como é possível aplicar o conceito da educomunicação em áreas de atividades que são geralmente desenvolvidas a partir de uma perspectiva que nós denominamos como funcionalista de comunicação? É muito interessante e muito rico saber que esta prática passou a envolver setores tão diversificados”

SOARES, Ismar de Oliveira. Depoimento (08/2016) São Paulo: NCE/ECA – USP, 2016.

Firma-se, na contemporaneidade da epistemologia da comunicação, uma área que tem sido estratégica na formulação de dinâmicas de intersecções culturais e de conhecimentos: a Educomunicação. O termo foi usado pela primeira vez pelo professor argentino, naturalizado uruguaio, Mário Kaplún, um dos fundadores da Escola de Ciências da Comunicação, na Universidad de la República e um dos mais importantes pesquisadores da América Latina. Ele buscou a construção de uma compreensão pautada pelo viés da Educação pelos

Meios; e tinha, no rádio, o mecanismo propício para disseminação de conhecimentos. O famoso projeto “Kassete Fórum”, era a premissa do uso das tecnologias como aporte para dinamização do processo de ensino – aprendizagem. Kaplún tem um legado vasto, que contribuiu com os filósofos da comunicação e da educação, no processo de absorção de uma nova ótica de interfaces entre vários campos, com o intuito de sintetizar e democratizar as relações dos atores sociais envolvidos em processos de construção de mídia, como meios educativos.

Outros nomes como o francês Célestin Freinet, o brasileiro Paulo Freire, o colombiano Jesús Martín Barbero, entre outros, colaboram, também, para a aproximação de campos e o norteamento de óticas em face de uma nova epistemologia. Mas foi nas mãos do brasileiro Ismar de Oliveira Soares, professor titular da USP, após pesquisa junto ao Núcleo de Comunicação e Educação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (NCE/USP) que na década de 90, sistematizou o termo e deu novo corpo à emergente teoria. O conceito de Educomunicação entendido por Ismar de Oliveira Soares apresenta-se como “o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e rádios educativos” (SOARES 2000, pg. 115).

De lá pra cá, muita coisa aconteceu e as reflexões, projetos, seminários, conferências, debates, intervêm significativamente no olhar até então dado à interface comunicação e educação. Hoje, o NCE/USP, juntamente com a Associação Brasileira de Profissionais e Pesquisadores em Educomunicação - ABPEducom é uma das maiores fontes de reflexões epistemológicas para pesquisadores em todo o mundo, acerca da teoria.

Este novo contexto, a priori, recebido com ressalvas pelos profissionais desses campos, associado às novas tecnologias e ao advento democrático da internet, recriou a forma de ensinar, delimitou novos campos de integração e diálogo entre os atores do processo educativo e enalteceu, ainda mais, o que Paulo Freire orientou: “Ninguém educa ninguém. Ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.69). O alerta de Freire explica que os atores precisam entender a essência do processo dialógico, como elo mediador de trocas de saberes. No que tange à teoria emergente da educomunicação, se firma a consolidação de um norte epistemológico que explica esta compreensão: os ecossistemas comunicacionais abertos e democráticos.

Pode parecer romântico. Mas, a linha reflexiva é clara: a ampliação comunicacional proporciona a ampliação de novos conhecimentos. Isso por que o novo campo dialógico re-

direciona o paradigma discursivo transversal, constituído por conceitos transdisciplinares e cheios de caminhos para a democratização da informação. Esta interdiscursividade multivocal de áreas – ou seja, o diálogo entre vários discursos – é a garantia de sobrevivência deste novo campo de intervenção.

Áreas como a filosofia, sociologia, antropologia, cultura, ciências políticas, educação, comunicação, psicologia, semiótica, linguagens, entre outras especificidades de conhecimentos foram agregando-se num processo contínuo de convergência que se materializou em algumas áreas de intervenção social: 01) Educação para a comunicação; 02) Mediações Tecnológicas na Educação; 03) Gestão da Comunicação no espaço educativo; 04) Reflexão epistemológica e, mais tarde, a área das Artes e mediações culturais. Vale destacar que cada uma destas áreas, até então, eram tradicionalmente assumidas como espaços vinculados de domínio, quer da educação, quer da comunicação. A hipótese defendida pelos pesquisadores é a de que estas áreas sejam pensadas e promovidas a partir da perspectiva educacional. E isso passa a ser sentido nas múltiplas agências de socialização onde a educação faz-se estratégia.

Tal norte teórico resultou em intervenções em ONGs, projetos culturais, sociais, e nas políticas públicas, colocando-se como ferramenta mediadora de debates e ações de governos municipais, estaduais, federal. Os Ministérios da Educação e de Meio Ambiente, criaram políticas públicas específicas. A Prefeitura de São Paulo foi a primeira do país a criar uma Lei Municipal que institucionalizou a Educação, com projetos que denominou Educom Rádio e, mais tarde, Educom TV. Foram muitos anos de estudos e implantações. Vários simpósios brasileiros debateram o tema e reuniram pesquisadores, fomentando novas ações estratégicas. No Paraná, as prefeituras de Bandeirantes e Andirá, no Norte Pioneiro do estado, também buscaram a institucionalização, por meio de Lei, das práticas educacionais. Andirá conseguiu e tornou – se o segundo município brasileiro a ter uma Lei Municipal que garantisse práticas educacionais, na perspectiva da política pública.

A Educação em Bandeirantes e os desafios na aplicação de políticas públicas

Nos anos de 2005 a 2008, eu havia acabado de assumir a chefia do departamento de Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, no Paraná, a Educação passou a tornar-se conhecida entre os atores do poder público municipal, quando foi por ele proposto projetos de práticas educativas em comunicação e capacitação continuada, com base nos exemplos de ações que já estavam acontecendo no país. No dia 18 de junho de 2005, o departamento promoveu o I Fórum Municipal de Educação, no

salão comunitário da Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus, centro da cidade. Foram oito horas de debates, divididos em cinco palestras ministradas por especialistas em comunicação e educação, sobre a importância desta interface, como foco para modernização do processo de ensino - aprendizagem. Cerca de 400 profissionais da rede de educação municipal, entre professores, diretores, secretários e coordenadores pedagógicos participaram do evento.

O professor e então Prefeito da cidade, José Fernandes da Silva e a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Marileti Von Der Osten, eram os principais apoiadores do trabalho inédito. Emissoras de TV, rádio e jornais da cidade e região, também participaram com o intuito de entender e disseminar as formatações desta convergência de áreas e o que isso, na prática, poderia melhorar o sistema educacional no município.

O resultado foi tão positivo que praticamente um mês depois, no dia 22 de julho de 2005, aconteceu o II Fórum. Desta vez, denominado Fórum Estadual de Educomunicação, já que a disseminação dos debates resultaram no interesse de professores e comunicadores de várias regiões do Paraná, que deslocaram-se até Bandeirantes, para conhecer um pouco mais sobre a teoria. Na época, uma ONG da capital, Curitiba, chamada “Ciranda”, afiliada da Rede ANDI, de Brasília – DF, já desenvolvia trabalhos educacionais na perspectiva da intervenção social, com jovens em situação de Medidas Sócioeducativas. Neste segundo encontro, foram mais de 400 participantes.

Ainda em 2005, numa intensa tentativa de nortear o planejamento político de gestão da comunicação do departamento, passamos a estender os fluxos de projetos educacionais na comunidade. A primeira ação foi a criação do projeto de “Comunicação Comunitária na perspectiva da Educomunicação”.

Cerca de 50 jovens da comunidade São Pedro, uma das mais carentes da cidade, passaram a ter oficinas semanais de Fotografia, Audiovisual e Leitura Crítica da Mídia. Os trabalhos eram realizados numa parceria com alunos e professores do curso de jornalismo da Faculdade Cristo Rei (FACREI), de Cornélio Procópio (cidade próxima à Bandeirantes, onde o jornalista havia concluído sua graduação). Os jovens tinham debates sobre cidadania, pertencimento e ativismo social, protagonismo e expressavam-se contando, em vídeos – documentários e fotografias, as realidades situacionais vivenciadas na comunidade. O projeto, que acontecia na sede do Centro de Educação Infantil João do Carmo Santiago durou dois semestres e finalizou com certificações e premiações. Adolescentes, jovens e adultos miscigenaram o ambiente comunicacional com conhecimentos e produções.

Os alunos do projeto foram premiados pela Academia de Letras, Ciências e Artes de Bandeirantes (ALCAB), que reunia intelectuais e pesquisadores da cidade. A Educomunicação passou, então, a ter outro norte de intervenção de política pública. Em março de 2006, a Prefeitura de Bandeirantes realizou o III Fórum Estadual de Educomunicação. Desta vez, muito maior e mais disseminado; com experiências práticas já realizadas e anseio de novos nortes, o evento realizado no Centro de Eventos Acoban, reuniu 1200 pessoas, de várias regiões do país. Pesquisadores, educadores, professores, jornalistas, políticos e representantes de governos e instituições sociais vieram de estados como: Mato Grosso, Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, além de várias cidades do Paraná.

Foram três dias de debates e oficinas práticas. Entre os conferencistas, o professor Dr. Ismar de Oliveira Soares, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); a professora e Dra. Nita Freire, viúva de Paulo Freire; além de diretores e reitores de universidades públicas e privadas do Paraná e de São Paulo; emissoras televisivas como: Rede Record, SBT, Rede Globo; jornais, rádios e portais de notícias de várias regiões do estado cobriram o evento, que foi considerado um dos mais importantes eventos de turismo científico já realizados no município.

No mesmo ano de 2006, outro passo importante do departamento de Assessoria de Imprensa passou a acontecer. Um curso de capacitação em Educomunicação, com aulas semanais, reuniu cerca de trezentos alunos. A grande maioria, professores da rede municipal. Foram dois semestres neste ano. Em 2007, mais um semestre de curso, com formatura e certificação. Desta vez, com agenda anexada ao IV Fórum Estadual de Educomunicação, mais uma vez promovido pela Prefeitura. O professor Dr. Ismar de Oliveira Soares, juntamente com a professora mestre Izabel Leão, ambos da ECA – USP, participaram da formatura e ministraram conferências durante o Fórum. Outros especialistas como a professora Dra. Cícilia Peruzzo, da Universidade Metodista (SP) e a professora Alice Matsuda Pauli, da Faculdade Cristo Rei (PR), os jornalistas Wilson Kirsh (Rede Globo) e Viviane Castro (Rede Record), também integraram a equipe de palestrantes do encontro.

Ainda em 2007, o “Fórum de Educomunicação e Saúde Pública”, realizado no salão de eventos do Projeto Conviver, reuniu enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias e outros profissionais de setores relacionados para debaterem sobre como usar os mecanismos da comunicação como instrumentos para ampliação dos ecossistemas comunicacionais nestes ambientes. Além dos debates, também ocorreram oficinas práticas de produção de mídia.

Em 2008, os trabalhos educucomunicativos fixaram-se nas ações de comunicação comunitária e mobilização com movimentos de juventude. Foram realizados Fóruns de Políticas Públicas de Juventude e, em ambos, a Educomunicação na perspectiva das novas tecnologias foram temas de debates e projetos aplicados em bairros. Neste mesmo ano, a Faculdade Cristo Rei, que já desenvolvia projetos de extensão em parceria com a Prefeitura nesta temática, passou a ofertar um curso de pós - graduação em Educomunicação e criou um Núcleo de Pesquisa na área.

Com a conclusão do mandato do governo municipal, o processo de norteamento da Comunicação Pública aplicado no Departamento de Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Bandeirantes, que estava sendo construído na perspectiva da Educomunicação, deixou de existir.

As experiências foram registradas em uma pesquisa cujos instrumentos investigatórios foram: a aplicação de um questionário para os alunos dos cursos de capacitação, onde foi detectado que mais de 70% dos participantes – que na maioria eram professores -, não tinham familiaridade com as novas ferramentas de tecnologias; 65% não tinham lido nenhum livro naquele ano de 2007; mais de 80% tinham uma rede social, mas, apenas para ações pessoais. Pouco mais de 20% dos professores trabalhavam com algum tipo de mídia em sala de aula. Na grande maioria, jornal. Também foram realizadas entrevistas em vídeo dos alunos dos cursos de Comunicação Comunitária, além de registros de reportagens e depoimentos de gestores do poder público sobre a aplicação da educomunicação.

A Educomunicação em Andirá: norteando o processo da comunicação pública

Ao contrário do resultado final de todo o processo de trabalho realizado em Bandeirantes, que acabou resultando no fim da aplicação educucomunicativa enquanto programa de política pública do departamento de Assessoria de Imprensa e persistiu com experiências importantes, porém, isoladas, de ex-alunos dos cursos de capacitação continuada (principalmente professores), na vizinha cidade de Andirá (PR) - 20 quilômetros de Bandeirantes-, a experiência teve outro norte. E isso foi possível, graças ao conhecimento prévio obtido na experiência da comunidade bandeirantense, no que tange a visão e a articulação no campo da política pública de democratização da comunicação. Nesta segunda cidade o foco de todo o planejamento estratégico foi a luta pela institucionalização, por meio da aprovação de uma Lei Municipal (que pudesse resguardar, legalmente, a aplicação) e a reestruturação de todo o plano de gestão da área da comunicação pública municipal, pautando-se, agora, pelo viés educucomunicativo. A ideia era defender

a hipótese de que a Educomunicação muda, radicalmente, todo o processo de aplicação estratégica da comunicacional governamental.

Já mais maduro nos trâmites da gestão da comunicação pública e com pouco mais de uma década dedicada à pesquisa na convergência entre a comunicação pública e a teoria da educomunicação, assumi, no início de 2015, a Secretaria Municipal de Comunicação Social da Prefeitura de Andirá. Logo nos primeiros dias, buscamos mudar a ótica de compreensão do papel da comunicação social dentro do órgão público e promover debates entre a distinção: Assessoria de Imprensa x Assessoria de Comunicação. Na perspectiva nossa perspectiva a Assessoria de Imprensa reduzia o campo de intervenção da comunicação social pública, já que seu foco, neste espaço de produção, permeava, entre outras iniciativas funcionalistas, pela gestão de imagem dos representantes do governo, marketing de governo e propusemos caminhos facilitados entre o assessorado e as múltiplas mídias. São atribuições importantes, porém, não suficientes para compreender o papel social da comunicação num órgão público.

Já a assessoria de comunicação, em sua perspectiva, ampliava as estratégias de missão da comunicação pública, com o objetivo de democratizar a produção e o fluxo informacional, ampliando os ecossistemas comunicacionais entre o poder público – seus atores – e a população e melhorar, por meio de ferramentas estratégicas, o coeficiente comunicacional entre os próprios profissionais, resultando em cultura de comunicação dialógica mais rica, aberta, democrática. Além disso, a assessoria de comunicação atua, também, no profundo diagnóstico contínuo de ruídos comunicacionais existentes entre estes atores, propondo, também, projetos, ações, que eliminem os focos de complexidades dialógicas. Em Andirá, projetos como o “Prefeitura nos Bairros”, “Movimento dos Ativistas Culturais”, “Coordenadoria Municipal de Juventude”, entre outras ações, foram frutos destes diagnósticos de deficiências de ecossistemas comunicacionais entre a população e o poder público.

Foi na Educomunicação que encontramos os instrumentos para legitimar esta visão de comunicação pública em busca de eficácia. O então prefeito da cidade, José Ronaldo Xavier, assumiu o empenho de auxiliar no redirecionamento de ótica da comunicação governamental, que saiu da perspectiva funcionalista e passou a apresentar os processos dialógicos por novos meios e novas áreas de intervenção.

O primeiro passo foi criar um ciclo de cursos de capacitação em Educomunicação, que privilegiasse todos os setores do poder público, sem distinção de setor, idade, tempo de serviço, escolaridade. Todos que tiveram interesse, participaram: administração, obras e serviços urbanos, saúde, educação, agricultura, meio ambiente, cultura, desenvolvimento

econômico e turismo, entre outros. Desta forma, podíamos entender como a comunicação poderia contribuir. Os atores sociais destes espaços foram convidados para participarem de um curso de formação onde foram apresentados temas como: educação para os meios, mediações tecnológicas, gestão da comunicação nos espaços públicos, psicologia da comunicação; direito, ética e cidadania; comunicação organizacional; fundamentos, áreas e metodologias da Educomunicação; análises de experiências práticas, entre outros.

Os servidores públicos participaram de duas fases da capacitação continuada; uma, em 2015, com 40 horas; já em 2016, outra, com 90 horas. No total foram mais de 20 módulos de capacitação, com a participação de importantes especialistas ministrando as conferências. Nesta segunda oferta, além das aulas, todas as quintas-feiras, no Cine Teatro São Carlos, o conteúdo programático também contou com oficinas práticas de Fotografia, Fanzine, Jornal Impresso, Audiovisual e Gestão de projetos. A experiência prática possibilitou, também, a produção de peças educacionais nos departamentos diversos onde os servidores atuavam. Este processo de produção, inclusive, foi requisito do Trabalho de Conclusão de Curso.

As experiências de aplicação foram bastante efetivas. No Centro de Convivência dos Idosos (CCI) – órgão atrelado à Secretaria Municipal de Ação Social -, os servidores municipais aplicaram aulas de Leitura Crítica da Mídia, Produção de Jornal Mural, Produção Fotográfica e até projetaram um programa de rádio, que acabou não tendo tempo hábil para aplicação. Entretanto, os cerca de 80 idosos do projeto, chegaram a pautar o roteiro de uma radionovela. Os trabalhos, neste ambiente, proporcionaram ampliação de interação, produção e dinamizou os cronogramas de atividades. O mesmo êxito aconteceu no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) – órgão atrelado à Secretaria de Ação Social – onde os profissionais funcionários do setor produziram, em parceria com adolescentes em situação de medida sócio-educativa, aulas de educação para os meios, produção de roteiro e produziram um vídeo – documentário. A aplicação da educomunicação, neste ambiente, instigou os adolescentes e dinamizou as análises e as ampliações dialógicas, gerando significativos resultados de socialização.

No Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) – outro órgão atrelado à Secretaria de Ação Social – os trabalhos focaram-se na produção de um jornal impresso, em oficinas com os beneficiários do Programa Bolsa Família. A mesma produção se deu no Projeto Esperança, instituição social que cuida de 120 crianças. Em todas as escolas do município e Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI), as experiências de produção renderam criativos projetos fotográficos, produção de vídeos, jornais, Jornal Mural, Fanzine, dinami-

zando os processos de ensino – aprendizagem e ampliando ecossistemas comunicacionais. Um caso atípico chamou a atenção nas aplicações nas instituições de ensino. A Escola Municipal Pingo de Gente, localizada na Vila Industrial, foi a única que no quadro de servidores alunos do Educom não tinha professores, coordenadores, pedagogos. Todas eram dos setores de serviços gerais (limpeza) e da cozinha (merendeiras). A produção desta turma foi um jornal, jornal mural e fotografia. Mas o resultado foi a ampliação de coeficientes comunicacionais mais abertos e democráticos.

Isso porque para poder realizar os trabalhos, as alunas, servidoras, promoveram um cronograma contendo, inclusive, palestras sobre alimentação saudável e higienização em cada uma das salas de aula. Isso foi possível graças à parceria com os professores, que liberaram espaços para que a equipe pudesse conversar com alunos e documentar estes processos. A maioria das servidoras nunca tinha falado em público e, mesmo tratando-se de crianças que todos os dias permeavam pelo mesmo ambiente social, a experiência rendeu libertação, senso de autonomia, protagonismo e criatividade. Os alunos do Educom, servidores dos setores administrativos da Prefeitura, também dedicaram-se à produção. Como são várias áreas que compõem este bloco (Protocolo, RH, Licitação, Finanças, Tributação, Informática, Compras, Telefonia e outros), eles se reuniam duas vezes por semana, na sala de licitações do prédio principal da prefeitura, para produzirem dois Jornais Murais e um Newsletter (comunicação interna entre os funcionários).

Os servidores das secretarias de Viação e Serviços Públicos (que cuidam de coleta de galhos, corte de árvores, limpeza pública e infraestrutura), juntamente com os profissionais do setor de Meio Ambiente e a Defesa Civil, se juntaram para a produção de um vídeo documentário e documentação fotográfica. Esta foi a maior turma de servidores alunos do Educom. Eles tinham encontros semanais em ambientes externos, onde fotografavam e filmavam situações de cortes irregulares de árvores, destruição da mata ciliar, detectavam e reportavam os cuidados necessários com as nascentes de água e até promoveram uma simulação de incêndio, onde os alunos profissionais servidores da Defesa Civil, explicavam os passos dos trabalhos.

Eles criaram uma comunidade na rede social WhatsApp, para ampliar o fluxo informacional entre eles e, além das produções, documentavam com entrevistas de moradores. Houve, neste agrupamento, o caso de um funcionário de 62 anos, prestes a se aposentar e que gostaria de fazer o curso, mas, que não sabia ler e escrever. Por isso, temia não conseguir estudar. Foi um dos mais aplicados e chegou a adquirir um celular com câmera fotográfica, aprendeu a manusear e registrava em fotos e vídeos os trabalhos realizados.

Na Secretaria Municipal de Saúde, os trabalhos também foram intensos. Todos os Postos de Saúde da cidade participaram das produções, produzindo, principalmente, jornais. As pautas eram sobre patologias e entrevistas com profissionais da saúde e população. Os mais de 300 alunos – servidores municipais, das mais diversas áreas, ainda tiveram outro desafio: apresentar seus trabalhos de conclusão de curso, durante a última aula. Cada equipe subiu ao palco do Cine Teatro, munidos de imagens e materiais para mostrar a aplicação educacional, os processos e os resultados de emancipação dialógica. Ao todo foram 16 apresentações, de departamentos e secretarias diversas. Autoridades, imprensa e familiares dos participantes lotaram o Cine Teatro para acompanhar os trabalhos finais. Além da apresentação no palco, cada grupo de alunos – servidores da prefeitura também produziram murais com fotos e memorial descritivo sobre seus trabalhos, sendo colocados em exposição de destaque no hall de entrada do Teatro. Todos os grupos de alunos - servidores entregaram um projeto para o Prefeito, Secretário Municipal atrelado a sua função e ao coordenador do curso, contendo a fundamentação, os objetivos, as metodologias aplicadas, cronograma, referenciais bibliográficos e justificativas de cada um dos trabalhos apresentados. Eles receberam certificados que, além de comprovação da capacitação, serviu para elevação de níveis do Plano de Cargos e Salários.

Lei Educom e o desejo de reconfiguração da Comunicação Pública

Muito midiático, com participação constante dos atores políticos do poder executivo e do poder legislativo da cidade durante todo o processo de debates e formações, a Educomunicação tornou-se política importante na gestão pública, já que norteou a ótica da comunicação social. Mas, ao contrário do que ocorreu em Bandeirantes, não poderia se permitir que esta iniciativa se caracterizasse como política de mandato e, sim, como política pública municipal. Por isso outro passo importante na construção da história da educação em Andirá ocorreu: a aprovação do Programa Educomunicação em Políticas Públicas. A proposição, encaminhada pela prefeitura, foi apreciada pelos vereadores e aprovada por unanimidade.

A Lei 2763, de 24 de março de 2016, prevê a capacitação continuada, o embasamento metodológico da Secretaria de Comunicação Social, o aporte de assessoria às demais secretarias, a autorização para que todas disponibilizem os recursos necessários para aplicações de projetos práticos educacionais¹.

1 http://andira.pr.gov.br/.../7778_b7c3910569a283526a7d821f9c19...

Com a Educomunicação orbitando de forma livre no conjunto de estratégias de um poder público municipal – sob o norte da Comunicação Pública – se configura a hipótese de que a essência estratégica dialógica, quando enriquecida e proporcionada como ferramenta livre aos servidores dos múltiplos setores da prefeitura, pode-se configurar como poderoso instrumento de democratização, protagonismo, transparência, emancipação e intervenção, melhorando não apenas o fluxo informacional interno entre os atores, a integração de áreas, como, também, ampliando e melhorando o fluxo e as estratégias comunicacionais com os públicos alvos diariamente atendidos pela prefeitura.

Conclusão

Para que serve a comunicação pública em uma prefeitura? Como romper os paradigmas discursivos que há tanto tempos orbitam em torno da área da comunicação institucional e propor estratégias novas que atentam-se para a essência da emancipação dialógica democrática? Como tornar a comunicação social de uma prefeitura menos funcionalista e mais intervencionista no campo da elaboração de ferramentas de políticas públicas? Estas e outras reflexões fazem parte de um anseio diário de profissionais que atuam nas áreas de assessoria, departamentos ou secretarias de comunicação social governamental. O desafio está em como sair da metodologia mercantilista, por vezes, aportada em viés de interesses de marketing político, para atuar na formatação de uma comunicação emancipatória, rica, com ecossistemas comunicacionais abertos, que garantam democracia dialógica. Não é raro encontrar cerceamentos ou incompreensões que prefiram um mecanismo de sistema controlado.

Adorno (2006, p.172) tece uma crítica à estes atores que não reconhecem o papel da gestão democrática: “Mas, no lugar de emancipação, encontramos um conceito guarnecido nos termos de uma ontologia existencial de autoridade, de compromissos, ou outras abominações que sabotam o conceito de emancipação atuando assim não só de modo implícito, mas explicitamente contra os pressupostos de uma democracia” (ADORNO, 2006, p.172).

Por fim, retornamos a ideia de que há um problema que precisa ser equacionado nos campos dos estudos epistemológicos: a sintetização estratégica de novas ferramentas que dêem aporte emancipatório à comunicação pública que busca um coeficiente dialógico efetivo, democrático e mobilizador. Observa-se, claramente, uma hipótese: a de que os estudos levantados, especialmente pelo conjunto epistemológico reunido no Núcleo de Comunicação e Educação da USP e na Associação Brasileira de Profissionais e Pesquisadores em Educomunicação, apontam as interfaces da teoria da Educomunicação, como intervencionistas neste novo paradigma.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.67.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006

SOARES, Ismar de Oliveira. Educom.Rádio, na trilha de Mario Kaplún. In **Educomídia, avanço da cidadania**: o legado utópico de Mario Kaplún. Org. José Marques de Melo et al. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO : Universidade Metodista de São Paulo, 2006. p. 179.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: Um campo de mediações. **Comunicação & Educação**. São Paulo: ECA/USP – Editora Seguimento, Ano VII, set/dez. 2000, nº 19.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998a.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

O AUTOR

TIAGO SILVIO DEDONÉ - Jornalista, Pedagogo, Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica, Secretário Municipal de Cultura e Comunicação da Prefeitura de Andirá.